

## GRAMÁTICA E ANÁLISE DO DISCURSO

SIRIO POSSENTI

IEL/UNICAMP - CNPq proc. 303984-85/6

*"Nada há de imanente na linguagem, salvo sua força criadora e constitutiva..." (Franchi, 1977:23)*

Este texto pretende ser apenas a homenagem de um aluno ao Professor Carlos Franchi. Este aluno teve o privilégio, durante alguns anos, de poder conversar - mais de ouvir - com o prof. Franchi, em geral na companhia de algumas outras pessoas, várias vezes por semana. O aluno era nesse tempo orientando de doutoramento do Prof. Franchi - por decisão paradoxalmente sábia do professor Haqira Osakabe, orientador original e, tudo indicava, óbvio. Como orientador, Franchi não pressionava - embora torcesse - pela conclusão da tese. Como interlocutor, esforçava-se por fazer entender e testar algumas idéias - na verdade, tratava-se quase sempre do mesmo problema apresentado de várias formas<sup>1</sup> - nas quais andava pensando, em geral muito instigantes. Também pouco ortodoxas, o que dificultava sua apreensão. Do pouco que aprendi, devo grande parte a essas conversas.

A principal convicção que adquiri nessa época é que deve haver alguma articulação relevante entre teoria gramatical e teoria do discurso. E ainda acredito que estão num texto de Franchi algumas das melhores idéias que, desenvolvidas a contento, poderiam tornar esta articulação possível.

Quero relembrar e comentar duas noções veiculadas em um texto de Franchi, antigamente muito citado em trabalhos produzidos no Departamento de Linguística do IEL, hoje menos, mas cujos ecos ainda podem ser ouvidos em textos para os quais as reflexões de Franchi foram constitutivas, e por isso não precisam mais ser mostradas... A origem destas noções é variada (poder-se-ia hoje dizer que seu discurso é heterogêneo), e refazer-lhe a trajetória é uma tarefa complexa, que seria útil. A qualidade e diversidade da bibliografia de Franchi é suficiente como indício. Certamente, ele não tem páreo na linguística do Brasil, a não ser talvez se se invoca Mattoso Câmara.

---

<sup>1</sup> A este propósito, e a propósito da atual vitória da quantidade, não resisto e reconto um episódio vivido, ao que consta, por Einstein no Brasil. Austragésilo de Athayde era seu cicerone e tomava continuamente notas em sua caderneta. Isso intrigava Einstein, que acabou cedendo à curiosidade e quis saber o que escrevia. Austragésilo respondeu que anotava suas idéias, e perguntou se Einstein não fazia o mesmo. Ao que o físico respondeu: - Eu não. Eu só tive uma!

Antes de mencionar as duas noções, considero justo dizer que Franchi é dos poucos linguistas capazes de ter clareza sobre uma distinção que deveria ser considerada banal, e que, clara, poderia desfazer uma confusão terrivelmente prejudicial: consiste em pensar que, se alguém faz uso (e/ou defende a utilização) de uma metalinguagem formalmente estruturada na análise de uma língua natural, é porque tem da língua natural uma concepção formalista, isto é, considera que as línguas naturais são isomorfas a linguagens formais como as da lógica. Nada mais enganoso, e para acreditar nisso seria suficiente ler Granger (1966) e Franchi (1977), que cita o próprio Granger, indo mais longe. Há bem mais de uma passagem a testemunhar esta clareza em Franchi, pelo que diz e conclui ou pelo que aceita dos autores que cita. Basta o que segue para ver que sua concepção de linguagem exclui a hipótese do formalismo e seus corolários (sujeito universal, etc):

*Não podemos, por isso, reduzir nem mesmo a atividade linguística a um 'pensar' e 'significar' lógicos - no sentido pobre desse 'bom senso' de sujeitos universais, que tematizam e restringem um quadro que sai da realidade como um relato de suas observações, organizam-no e se esforçam para verificá-lo contando os passos de sua volta a ela. (...) a linguagem não fixa um quadro universal, nem - menos - o recupera e reescreve redescobrimo-o na natureza das coisas ... Relaciona-se com esta concepção dinâmica da linguagem o seu caráter histórico ... Não é um recomeçar, como não é um repetir. (...) a reflexão anterior ... conduz também a rejeitar uma redução da linguagem a um sistema formal (Franchi, 1977:20-23, passim. Grifo meu).*

Referida esta clara compreensão, que me parece crucial no pobre quadro epistemológico vigente na linguística do país, passo a comentar, sucessiva e rapidamente, as noções de sistema de referência e de indeterminação. São, a meu ver, as noções-chaves de um conjunto de prolegômenos relativos a uma concepção de língua natural. São conceitos-chave para a semântica e para a sintaxe, respectivamente. É neste tipo de reflexão que reside a possibilidade de articulação efetiva de uma teoria da gramática e uma teoria do discurso.

Se para a teoria da Análise do Discurso é axiomático que a língua é a base que não se pode excluir da atividade discursiva, então, parece extremamente relevante ter da língua natural a concepção mais adequada possível. Em certa época de minha formação, querendo trabalhar no interior da chamada Análise do Discurso francesa, não conseguia contentar-me com metodologias que de alguma forma mantinham no seu interior algum dos seguintes ingredientes, às vezes mais de um: a) uma base linguística harrisiana; b) uma utilização de noções da tradição gramatical, mesmo que para selecionar problemas; c) a consideração pelo menos implícita de que textos de língua escrita revelam crucialmente o funcionamento da linguagem; d) a obviedade de que tudo deveria partir de ou rediscutir Saussure.

Pensava também que Chomsky não era uma boa saída, mesmo sendo evidentemente melhor que Harris. E, principalmente, a passagem pelo estruturalismo me vacinara contra o etnocentrismo que a consideração dos corpora típicos poderia representar. Uma das maneiras de ser etnocêntrico - ou anacrônico - era, para mim, considerar óbvia a conexão entre discurso e ideologia, pelo menos sem uma discussão explícita da herança da antropologia e da etnografia a propósito da noção de cultura. Penso, aliás, que os fatos deste campo ameaçaram mais a razão européia do que o descentramento provocado pela psicanálise. Então, parecia-me (parecia-nos, porque éramos vários estudantes de AD) que era preciso tomar como ponto de partida uma concepção de gramática que se inscrevesse fortemente no interior da linguística moderna, mas que não "gostasse" do inatismo e do universalismo, e, por isso, era fundamental que fossem levadas em conta realidades linguísticas que não as européias, em especial aquelas cuja análise passam fortemente pela escrita. Foi então que li um artigo de Carlos Franchi chamado "Linguagem - atividade constitutiva", publicado na revista *Almanaque* (doravante, Franchi 1977). Era um texto que todos liam, no IEL e em alguns arredores, e eu, acabado de chegar, não o conhecia, nem suas implicações. Ler este texto não foi obra do acaso, mas decorrência de trabalhar num Departamento no qual o texto era quase coqueluche. Era um dos textos mais citados, por exemplo, pelo grupo de Aquisição da Linguagem, que começava a se firmar e que era alvo de uma grande atenção por parte de todos os que não queriam "gostar" das soluções gerativistas. Além disso, um grupo interessado em Análise do Discurso organizava reuniões de estudo, e uma das atividades constava de seminários com os "grandes" da casa. Um deles era Carlos Franchi. Queríamos pensar o discurso - para nós era inevitável - mas pensá-lo conectado com uma concepção de língua que não lhe fosse estranha. O fundamental era que houvesse uma saída para a semântica, já que ela não estava presente em Harris, de quem grande parte dos analistas do discurso que líamos "gostava".

Revisando no essencial as principais correntes linguísticas, Franchi (1977) lhes aponta os limites. Exclui de pronto, mas não sem antes explicitar o essencial de cada visada, a linguística da comunicação e o formalismo. Ficava claro que estes não seriam superados pelo acréscimo de uma visada discursiva. Era necessário procurar uma outra maneira de conceber as línguas naturais, sem estas reduções. Assim, haveria um espaço - claro que ele ainda teria que ser construído - para uma teoria do discurso conectada com uma de língua. Ela estava embrionária nas notas de Franchi. Pessoalmente, tive certeza disso no dia em que li em Granger (1968:22): "Se é verdade que...todo processo de estruturação está associado a uma atividade prática, o individual aparece necessariamente, de início, como o lado negativo das estruturas". Sabe-se como a questão do sujeito é crucial na análise do discurso e sabe-se também o que resulta para sua concepção se se considera que a língua é uma estrutura. De tanto Franchi nos dizer, com um certo riso sardônico, sempre que ensaiávamos uma análise, que ainda éramos estruturalistas, um dia a coisa ficou clara: então, a língua não é uma estrutura (porque é indeterminada), e é

uma atividade (porque é histórica), e é na direção apontada pelo texto de Franchi que se pode encontrar um espaço para a articulação entre língua e discurso, com um lugar para a atividade do sujeito (trata-se de atividade, não de consciência, etc).

Franchi afirma constantemente que seu texto é cheio de problemas, que não foi feliz na exposição de algumas noções, ou que elas já estavam circulando em outros lugares, de forma que considerar este texto como base de qualquer coisa não é muito correto. Em algumas coisas ele pode ter razão. Por exemplo, quando diz que não foi feliz na exposição de algumas noções, embora uma outra maneira de dizer isso seja dizer que foi mal lido numerosas vezes, talvez por causa da diferença que algumas destas noções significavam, comparadas com as correntes, e por causa de uma estratégia muito comum de leitura, que consiste em fazer caber as noções novas no velho leito de Procusto do leitor.

Isto aconteceu comigo, quando li em Franchi (1977) sobre a noção de sistema de referência, e entendi que o autor privilegiava a função referencial da linguagem, em especial em relação à "comunicativa", que tinha seu status incrementado exatamente pelo vigor com que nos corredores do Departamento se defendia a interação e a dialogia. Eu lia Franchi como tinha lido Frege e outros semanticistas, e considerava-o mais um daqueles que achavam que a língua fala do mundo e que sua análise consiste em procurar o valor de verdade, pura e simplesmente. E sei que foi assim que outros o leram, porque me felicitaram por criticar essa sua concepção no esboço de minha tese. Deve ter sido muito chato para ele redizer tantas vezes que não era disso que se tratava. Penso que finalmente compreendi o nuclear da noção: o sistema de referência é uma construção histórica, elaborada linguisticamente, que se destina exatamente a evitar que se tenha que recorrer ao mundo para interpretar expressões linguísticas, mas podendo, mesmo assim, fazer alguma outra coisa que não seja a saída saussureana de não propor entre a língua e o mundo nenhuma relação. O sistema de referência evita o nominalismo e o realismo, deixando muito clara, exatamente por isso, a função cognitiva da linguagem: organizar de certo(s) modo(s) o mundo pelo constante trabalho linguístico. Sendo as línguas em parte diferentes, o mundo é recortado de formas alternativas, sendo cada uma delas uma forma de conhecimento resultante do trabalho dos falantes de cada língua. Residia aí o interesse de levar em conta, mesmo que em pequena escala, dados de línguas que não sejam aquelas em que se escreveram as grandes filosofias e as obras de ciências humanas. Ou dados destas línguas, mas de fontes menos institucionais (por exemplo, frases do dia a dia, até mesmo de crianças). A noção de sistema de referência é da mesma família a que pertencem noções como *formação discursiva*, *frame e script*, entre outras. No sentido de que são domínios de interpretação. Com as óbvias diferenças, o que elas têm de comum é que mostram que o sentido não é carregado apenas pelas expressões: ao contrário, mas lhes é atribuído pela consideração de algum parâmetro, seja ele de tipo "cultural", seja ele de tipo "histórico". Assim, interpretar é sempre fazer análise do discurso, já que se interpreta num sistema de referência. A semântica linguística

é da mesma natureza, isto é, já e sempre histórica.

Fundamental para compreender que o discurso não é mais um nível, somado à sintaxe, à semântica e à pragmática é a noção de indeterminação. Muitos entendem indeterminação como sinônimo de irregularidade. Nada mais falso. Foi um pouco por acaso que ouvi de Franchi a mais completa e clara definição de indeterminação da linguagem. Mesmo os que conhecem os trabalhos de Franchi não sabem disso. Conto o episódio: eu estava submetendo a ele minha versão da tese de doutorado. Durante uma semana, trabalhamos cerca de dez horas por dia. Numa passagem, eu discutia a noção de repertório linguístico, para fixar o que achava que deveria ser uma interessante concepção de estilo, cujas bases eu bebera em Granger - mas Granger era muito estruturalista para fazer sua noção render, eu pensava. Por isso, queria explicitar o problema a partir da forma como Franchi fala dos recursos expressivos. Ele, talvez desconsolado com o fato de que não se lia adequadamente o que escrevera, resolveu, para esclarecer(-me) a questão, fazer um ditado. É por isso que em Possenti (1988) pode-se encontrar a passagem abaixo, que contém os termos literais do ditado feito na ocasião (Franchi recusou, alegando ser frescura, que eu anotasse que se tratava de sua versão e não da minha):

*Conceber os recursos expressivos, isto é, sintáticos, como indeterminados significa:*

*1. que os recursos sintáticos mobilizados num determinado enunciado podem ser insuficientes, por si sós, para sua interpretação semântica;*

*2. que uma mesma relação ou função semântica pode vir expressa num enunciado por recursos expressivos redundantes;*

*3. que os mesmos recursos expressivos podem ser mobilizados, segundo diferentes estratégias, para expressar diferentes significações;*

*4. que uma função ou relação semântica pode ser expressa por diferentes recursos alternativos (Possenti, 1988:191).*

Como se pode ver, não há a menor semelhança entre indeterminação e irregularidade. A idéia apenas significa que nas línguas naturais não há uma relação bi-unívoca entre os recursos de expressão e o sentido que eles carregam. Uma fórmula mais breve, pronunciada por Carlos Franchi em recente ciclo de conferências ocorrido no IEL, resume esta sua concepção: a sintaxe termina onde acaba. Significa afirmar a relevância da sintaxe para a significação, mas não sua exclusividade na veiculação do que se significa quando se fala. E ela é assim, indeterminada, porque as línguas naturais, mesmo que tenham suas leis específicas, são o que são em decorrência do trabalho dos falantes, que nunca se dá no vácuo,

e por isso as línguas podem dispensar-se de ser sistemas autossuficientes ou coerentes<sup>2</sup>. Em suma, podem dispensar-se de ser estruturas. Esta concepção de sintaxe permite incluir a língua no discurso bem mais confortavelmente. A alternativa é considerar que o discurso é relevante só quanto ao sentido, e que qualquer recurso de expressão pode suportar qualquer sentido. O que uma análise histórica provavelmente desmente, por causa da relevância do fator língua.

Penso em como seria mais fácil a vida de certos pesquisadores, se tivessem à disposição - com evidências empíricas consistentes - conceitos como este. Penso por exemplo em Pêcheux, e em como faz mais sentido em relação à concepção de Franchi do que em relação a qualquer outra concepção de língua esta passagem crucial de Pêcheux e Fuchs:

*...as "condições de produção" de um discurso não são espécies de filtros ou freios que viriam inflectir o livre funcionamento da linguagem, no sentido em que, por exemplo, a resistência do ar intervém na trajetória de um móbil cuja cinemática prevê o deslocamento teórico, quer dizer, o que seria este deslocamento se o móbil estivesse reduzido a um ponto, e se deslocasse no vazio. Em outros termos, não há espaço teórico socialmente vazio no qual se desenvolveriam as leis de uma semântica geral (por exemplo, leis da "comunicação") e no qual se re-introduziriam, na qualidade de parâmetros corretivos, "restrições" suplementares, de natureza social (Pêcheux e Fuchs, 1975:179).*

#### BIBLIOGRAFIA

FRANCHI, C. (1977). "Linguagem - atividade constitutiva". in: *Almanaque*, 5. São Paulo, Brasiliense. pp. 9-27.

GRANGER, G.- G. (1968). *Filosofia do estilo*. São Paulo, Perspectiva-Edusp. 1974.

PÊCHEUX, M. e Fuchs, C. (1975). "A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas". in: Gadet, F. e Hak, T. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, Editora da Unicamp. 1990. pp. 163-252.

POSSENTI, S. (1988). *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo, Martins Fontes.

---

<sup>2</sup> "...sabe-se de sobra, como não se poderia propor antecipadamente um inventário exaustivo das possibilidades de utilização dos inúmeros traços categoriais oferecidos pela cadeia sonora e por associações semânticas (justaposição, configuração morfológica, distribuição relativa dos morfemas, ordem linear, pausas, entoação, concordância, etc; composição de traços predicativos nos itens lexicais, pressupostos, deduções naturais, etc.). Elas se prestam a inúmeras 'estratégias' entre recursos concorrentes, redundantes, complementares que dispensam a linguagem de construir uma sintaxe determinada completamente. Some-se a isso o fato de que as línguas naturais são o resultado de longa elaboração histórica. (...) aparecem na organização das expressões diferentes 'camadas', organizadas por princípios de formação independentes" (Franchi 1977:25).